



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO

02
MP

Projeto de lei Nº37/2019

“Acrescenta §§1º e 2º no art. 75 e §§3º e 4º no art. 76, ambos da Lei Municipal 1.561, de 30 de abril de 1996.”

O Povo do Município de Bom Despacho/MG, através de seus representantes legais, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Ficam acrescidos os §§1º e 2º no art. 75 da Lei Municipal 1.561, de 30 de abril de 1996, com as seguintes redações:

Art. 75. Omissis

§1º O Poder Executivo, em havendo interesse público, poderá custear a construção, reconstrução ou conservação de calçada situada em terreno pertencente a proprietário comprovadamente carente, fornecendo material de construção e/ou mão de obra.

§2º A comprovação da carência do proprietário será atestada pelo serviço de Assistência Social do Município.

Art. 2º Ficam acrescidos os §§3º e 4º no art. 76 da Lei Municipal 1.561, de 30 de abril de 1996, com as seguintes redações:

Art. 76. Omissis

§ 3º O Poder Executivo, em havendo interesse público, poderá custear a limpeza de terreno pertencente a proprietário comprovadamente carente.

§4º A comprovação da carência do proprietário será atestada pelo serviço de Assistência Social do Município.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Bom Despacho, 5 de agosto de 2019.


VEREADOR FERNANDO BRANCO



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO

03
JP

JUSTIFICATIVA

Senhora Presidente,

A calçada é um bem público. Trata-se de elemento que faz parte da via pública, cuja destinação imediata é o trânsito de pedestres.

Nesse sentido, a Lei nº 9.503/97, o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), no Anexo I, Dos Conceitos e Definições, Assim conceitua Via, Calçada e Logradouro público:

“Via – superfície por onde transitam veículos, pessoas e animais, compreendendo a pista, a calçada, o acostamento, ilha e canteiro central.

Calçada – parte da via normalmente segregada e em nível diferente, não destinada à circulação de veículos, reservada ao trânsito de pedestres e, quando possível, à implantação de mobiliário urbano, sinalização, vegetação e outros fins.

Logradouro público – espaço livre destinado pela municipalidade à circulação, parada ou estacionamento de veículos, ou à circulação de pedestres, tais como calçada, parques, áreas de lazer, calçadas.”

Ademais, após a regulamentação da Lei de Acessibilidade - o decreto 5.296/2004 - que regulamentou as leis 10.048/2000 e 10.098/2000, priorizando o atendimento às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e que estabelece as normas gerais e critérios básicos à promoção da acessibilidade, não se vê nenhum avanço em relação às calçadas, que continuam descontinuas e despadronizadas.

Isso porque, as leis municipais deste país sempre deixam à mercê da vontade e da condição financeira dos proprietários de imóveis a construção e manutenção, ficando, assim, em segundo plano a segurança e acessibilidade dos pedestres. Mas, sabemos, que, dificilmente um modelo de gestão privada e individual das calçadas dará conta de enfrentar o problema, pois grande parte da população não possui condições financeiras para tanto.

O nosso Código de Obras assim dispõe sobre o tema:

Art. 46 Compete ao proprietário do lote, a construção, a reconstrução e a conservação das calçadas em toda a extensão das testadas do terreno, edificado ou não.

§1º As calçadas a serem construídas e/ou reconstruídas junto a travessia de pedestres, possuirão rampas de acesso, com largura mínima de 1,20 m (um metro e vinte), observando-se que a rampa não poderá invadir o leito de rolamento.

§2º No caso de obras que danifiquem a calçada, o agente causador será o responsável pela sua recomposição, a fim de garantir as condições adequadas de transitabilidade.

Por outro lado, dispõe o Código Ambiental, da Lei Municipal 1.561/1996:



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO

Art. 75. Os proprietários de imóveis, edificados ou não, situados em vias ou logradouros públicos, pavimentados ou dotados de sarjetas, deverão construir ou reconstruir muros e passeios e mantê-los em perfeito estado de conservação.

Art. 76 Os terrenos que o artigo anterior menciona terão que ser mantidos limpos e sem acúmulo de lixo. (Alterado pela Lei 1.953 de 2.004)

§ 1º - A fiscalização da Secretaria Municipal do Meio Ambiente notificará o proprietário para providenciar no prazo de 30 (trinta) dias a limpeza do imóvel. (Acrescentado pela Lei 1.953 de 2.004)

§ 2º - No caso do proprietário não cumprir a notificação, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente providenciará a limpeza e/ou a capina, devendo o proprietário arcar com o custo dos serviços. (Acrescentado pela Lei 1.953 de 2.004)

Tal atribuição, como sabemos e já dissemos, redundaria em despadronização das calçadas, o que prejudica o acesso à via, interrompe a passagem de pedestres e gera problemas tais como falta de segurança, impedimento do direito de ir e vir das pessoas, em especial as crianças, idosos e pessoas com necessidades especiais.

Assim, se as calçadas são bens públicos municipais, é justo que também seja atribuída ao município a construção e manutenção das calçadas, pelo menos onde o proprietário não possui condições financeiras para fazê-lo às suas custas.

Noutro prumo, a atribuição ao proprietário de manter limpo o seu terreno também redundaria em prejuízo para toda a comunidade, já que o não cumprimento da norma pode levar à proliferação de mosquitos e animais peçonhentos.

Assim, com este Projeto de Lei, o que se pretende é trazer mais uma possibilidade para melhoria da qualidade de nossas calçadas e para a limpeza de lotes sujos, autorizando o Município a custear os serviços quando, comprovadamente, o proprietário não possui condições financeiras para fazê-lo.

Ante o exposto, solicitamos aos nobres pares desta Casa Legislativa a discussão e aprovação desta proposição de lei.

Bom Despacho, 5 de agosto de 2019.

VEREADOR FERNANDO BRANCO